

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

SHYRLENE BEZERRA DOS SANTOS

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: (RE)CONSTRUINDO
CIDADANIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA**

FLORIANÓPOLIS

2016

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: (RE) CONSTRUINDO
CIDADANIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA**

SHYRLENE BEZERRA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Especialista em Gênero e Diversidade na Escola
(GDE).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Pereira dos
Santos

FLORIANÓPOLIS

2016

SHYRLENE BEZERRA DOS SANTOS

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: (RE) CONSTRUINDO
CIDADANIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Especialista em Gênero e
Diversidade na Escola (GDE).

SHYRLENE BEZERRA DOS SANTOS

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: (RE)CONSTRUINDO
CIDADANIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

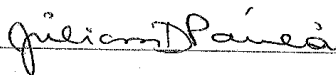
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:




Olga Regina Zigelli Garcia

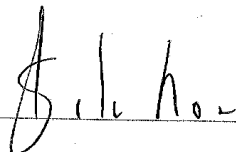
Banca Examinadora:



Juliane Di Paula Queiroz Odino



Marcelo Pinheiro Cigales



Stela Marcia Moreira Rosa

FICHA CATALOGRÁFICA (BU)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SANTOS, Sthyrizna Bezerra dos
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO. (RE)CONSTRUINDO
CIDADANIA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA / Sthyrizna Bezerra dos
SANTOS ; orientadora, Mônica Pereira dos SANTOS -
Florianópolis, SC, 2016.
50 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Curso de especialização em Gênero e Diversidade na
Escola.

Inclui referências

1. CIÊNCIAS HUMANAS - GÊNERO E DIVERSIDADE. 3. Educação
étnico-racial. I. SANTOS, Mônica Pereira dos. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de
especialização em Gênero e Diversidade na Escola. III.
Título.

DEDICATÓRIA

*Dedico a todos
as\os alunas\os
negras\os das escolas
públicas de Santa
Catarina; especialmente
aos que participaram
efetivamente da
construção desse
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Mônica Pereira dos Santos, pela paciência, pelas contribuições e também pelo incentivo em terminar esta fase da minha vida acadêmica.

À todas\os as\os professoras\es que me deram aula durante o curso, em especial as tutoras, sobretudo, a tutora presencial da nossa turma Samira Viganò que sempre foi bastante atenciosa sempre que precisava. A toda a equipe do GDE sem a qual não teríamos chegado até aqui meus sinceros agradecimentos.

À todas\os colegas da turma Bertha Lutz pelas conversas e discussões por tudo o que aprendi. Sinto e sentirei saudade desse período.

À minha família mãe, irmãos, em especial à minha irmã Charlene pelos cuidados, em ter me trazido para o Estado de Santa Catarina e que sempre contribuiu para que eu continuasse minha formação acadêmica. Palavras não podem expressar meus agradecimentos.

AGRADECIMENTO

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO: Reflito neste estudo as possibilidades e desafios do trabalho e ensino da disciplina Sociologia em turmas do primeiro ano do Ensino Médio em uma escola pública do município Palhoça no Estado de Santa Catarina. Na intenção de discutir as temáticas: racismo, questões de gênero e formação cultural-racial do referido Estado, implementamos na disciplina um debate que evidenciasse o trato direcionado à educação étnico racial em um Estado da região Sul do Brasil majoritariamente branco, tendo em vista um pensamento sociológico. Atentamo-nos a dar visibilidade para as contribuições e aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos de grupos minoritários, sobretudo, aqueles que vivenciam cotidianamente o preconceito e a discriminação por sua cor, raça\etnia, no ambiente da escola. Nesse sentido, optamos por demonstrar as percepções e discussões de três alunos negros em questionários e produções textuais, atividades produzidas em sala de aula para a disciplina Sociologia. Assim, o trabalho verificou que há muito a avançar quanto às discussões acerca da questão étnico-racial no contexto escolar em aulas de outras disciplinas se dispendo a dialogar com a Sociologia, compreendendo que a escola é um espaço importante e fundamental na constituição dos sujeitos e precisa assumir seu papel na construção de uma sociedade mais justa, equânime e solidária.

Palavras-chave: Educação. Ensino Médio. Raça\etnia. Sociologia

ABSTRACT: I reflect in this study the possibilities and challenges of the work and teaching of the discipline Sociology in classes of the first year of High School in a public

school of the municipality Palhoça in the State of Santa Catarina. In order to discuss the themes: racism, gender issues and cultural-racial formation of the state, we implemented in the discipline a debate that evidences the treatment directed to ethnic racial education in a state of the southern region of Brazil, mostly white, in view of a Sociological thinking. We strive to give visibility to the contributions and cultural, social, economic and political aspects of minority groups, especially those who daily experience prejudice and discrimination by their color, race and ethnicity in the school environment. In this sense, we chose to demonstrate the perceptions and discussions of three black students in questionnaires and textual productions, activities produced in the classroom for Sociology. Thus, the study verified that there is much to be done in relation to the discussions about the ethnic-racial question in the school context in classes of other disciplines, preparing to dialogue with Sociology, understanding that the school is an important and fundamental space in the constitution of the subjects and needs to assume its role in building a more just, equitable and supportive society.

Keywords: Education. High school. Race \ ethnicity. Sociology

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 OBJETIVO GERAL | 13 |
| 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 14 |
| 2. JUSTIFICATIVA | 14 |
| 3. O NEGRO NO BRASIL E NA ESCOLA BRASILEIRA..... | 17 |
| 3.1 RAÇA, RACISMO E EDUCAÇÃO | 19 |
| 3.2 A INSTITUCIONALIDADE DO DEBATE RACIAL NA ESCOLA BRASILEIRA | 22 |
| 4. ESTUDANTE E PROFESSOR: ATORES DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO.. | 23 |
| 4.1 O ALUNO NEGRO NA ESCOLA | 23 |
| 4.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL | 26 |
| 4.3 O ENSINO E A ESCOLA PENSADA PARA E COM A DIVERSIDADE..... | 30 |
| 5. METODOLOGIA..... | 31 |
| 5.1 SUJEITOS DO ESTUDO | 34 |
| 6. CAPÍTULO DE ANÁLISE: REFLEXÕES SOBRE AULAS DE SOCIOLOGIA E O QUE DIZ O ALUNO NEGRO | 34 |
| 6.1 DISCIPLINA SOCIOLOGIA, O QUE TEMOS A APRENDER? | 34 |
| 6.2 COMO ME VEJO NA MINHA VIDA ESCOLA E NO MUNDO | 37 |
| 6.2.1 Trajetórias/origens ocupação e lazer | 37 |
| 6.2.2 A presença de alunos negros\as na sua escola..... | 39 |
| 6.2.3 A disciplina de Sociologia no combate a preconceitos e discriminações no ambiente escolar | 40 |
| 6.2.4 A escrita como reflexão do pensamento sociológico..... | 42 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 45 |
| 8. REFERÊNCIAS | 47 |

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado procurou evidenciar a contribuição significativa da disciplina Sociologia referente a abordagem cultural e social dos povos negro e indígena para a constituição da sociedade brasileira no ambiente escolar, em específico no Estado de Santa Catarina. Tendo em vista que, a formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito.

Nesse sentido, esse “caldo” de cultura muitas vezes gera atritos e conflitos nas esferas familiar, rua, trabalho e principalmente na escola e para preencher o vazio da desinformação e corrigir a distorção de valores comumente disseminado no ambiente escolar é que pretendo desenvolver um trabalho que reflita as diferenças culturais e sociais da constituição dos/as brasileiras/os.

Nessa perspectiva, sem negar a existência de muitos outros grupos humanos que sofrem os processos de exclusão social, os afrodescendentes são exemplos emblemáticos, pois historicamente, foram alvo de discriminações e preconceitos que acabaram por negar-lhes muitos dos direitos que asseguram a igualdade de condições e de oportunidades para a construção de uma vida digna. Assim, nasce a ideia de dialogar e dar relevância ao protagonismo histórico dos povos africanos na construção da sociedade brasileira em contextos escolares.

É notório que nos últimos anos houve um esforço bastante significativo das políticas públicas educacionais e de inclusão para minimizar os danos secularmente sofridos pelos grupos minoritários que compõem a sociedade brasileira, bem como mulheres, indígenas negros, LGBTs entre outros, a fim de garantir que os direitos básicos e humanos dessas pessoas sejam respeitados e sua cidadania possa ser efetivamente uma realidade. A criação das leis 10.639\ 2003¹ e 11.645\2008² e implementadas há mais de uma década,

¹ *Lei 10639/03: (O Presidente da República altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.)

infelizmente, ainda não foi suficiente para provocar mudanças expressivas no comportamento e na mentalidade das pessoas, especialmente, do nosso alunado que frequenta as escolas públicas do ensino básico cotidianamente.

Por esta razão, comecei a me questionar enquanto professora do ensino médio e elaborei a questão norteadora dessa pesquisa, a saber: *Em que medida as aulas de Sociologia problematizam ou não as questões de raça e etnia, a fim de minimizar e/ou desconstruir atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação ao negro em contexto de escolarização formal, em uma escola pública da grande Florianópolis?*

Nessa direção, surge a ideia de criar um espaço nas aulas de Sociologia para construir diálogos que destaquem a história, a cultura e a representatividade do povo negro em espaços de poder dentro da sociedade como um todo, especialmente na sociedade catarinense, instigando as alunas\os a refletirem e questionarem o porquê da ausência de pessoas negras, de forma acentuada, nos espaços de representatividade, como: câmara de vereadores, poder judiciário, instituições de ensino (escolas e universidades). É importante indagar em escala nacional, como posto por Carvalho (2006) a participação quase inócua do negro no Supremo Tribunal Federal (STF), órgão de extrema influência política e jurídica no Brasil, historicamente teve entre seus membros homens brancos e mulheres brancas, salvo a passagem do ex-ministro Joaquim Barbosa no STF.

Nesse sentido, o tema diversidade, com ênfase, principalmente, para os estudos étnicos raciais com o objetivo de trazer à tona reflexões importantes sobre o protagonismo dos povos indígenas e africanos na organização social e cultural deste país, sobretudo no Estado de Santa Catarina indicia um processo de (re)pensar a formação histórica cultural desse Estado, desconstruindo a supremacia do branqueamento (SCHUCMAN, 2014)³ da sua

² * Lei 11.645/08 (alterando a LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Uma demonstração do esforço recente do governo brasileiro em desenvolver políticas de reparação ao tratamento de exclusão oferecido historicamente, a determinados grupos populacionais que são minorias em nossa sociedade).

³Schucman, L.V (2014). Sim nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. A autora reflete nesse trabalho sobre brancura e branquitude que segundo a mesma brancura é a cor da pele, é a quantidade de melanina, que cada indivíduo possui, já a branquitude é quando essa brancura se apropria da ideia de raça construída no século XIX que vai pensar que os brancos são superiores moralmente

população, abrindo espaços para discussão da contribuição étnica das raças negra e indígena, numa dimensão individual de pertencimento e reconhecimento de si enquanto aluno do ensino médio, bem como da sociedade a qual se insere como membro participante e atuante.

Ademais, o presente trabalho se justifica devido a refletir e tecer considerações importantes acerca de problematizar o porquê de alguns segmentos da sociedade, como posto por Schucman (2014) obterem privilégios em função de sua raça\etnia e outros, em detrimento dessa mesma condição, ocuparem posições subalternas e espaços marginalizados reproduzindo os ciclos de miséria e exclusão. Em especial indígenas e negros, que são grupos sociais desprivilegiados e que têm sido historicamente empurrados para as margens da sociedade e também quando sofrem desrespeito na ocupação de cargos e posições de decisão em espaços de poder na sociedade catarinense, como acontece em alguns órgãos públicos e profissões, em que tendem a ser minoritários, a saber: Câmara de deputados, Poder judiciário; profissões em atendimento ao setor público: médicos, advogados, professores, jornalistas e etc.

Assim, partindo desse princípio e por reconhecer que a escola é um espaço importante e fundamental na constituição dos sujeitos e, sobretudo, responsável por promover uma educação inclusiva e voltada para a cidadania, considero extremamente importante tecer considerações sobre a temática ora apresentada, para combater preconceitos e discriminações no ambiente escolar, ajudando assim na construção de uma sociedade mais democrática que valorize as diferenças e garanta o exercício pleno dos direitos humanos de todos\as.

1.1 OBJETIVO GERAL

Criar estratégias pedagógicas e epistemológicas que oportunizem o debate crítico e reflexivo acerca das questões étnico raciais nas aulas de sociologia para alunos do ensino médio de uma escola pública.

intelectualmente e esteticamente. Segundo Schucman é assim que se constrói a branquitude quando há privilégios simbólicos materiais contidos nessa identidade.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Apresentar os discursos produzidos nos textos elaborados em aulas de Sociologia sobre a compreensão da população negra como parte constituinte da identidade catarinense.
- ✓ Discutir e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos, e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação, baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais ou sociais.
- ✓ Construir atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista.
- ✓ Debater junto aos estudantes a vida escolar como participação no espaço público, utilizando e aplicando conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade democrática e solidária.

2. JUSTIFICATIVA

A ideia de criar um espaço que dialogue e dê visibilidade para assuntos e estudos étnicos raciais no ambiente de uma escola pública na grande Florianópolis, surge a partir das aulas de Sociologia que ministrei durante o semestre de 2016.1, quando percebi diversas atitudes preconceituosas e discriminatórias de alunos\as em relação à herança cultural dos povos indígenas e africanos. A saber: que o próprio negro tem preconceito com ele mesmo, que os negros são racistas. Que índio é tudo preguiçoso, que invadem terras, e para quê que índio precisa de tanta terra? Essas são algumas questões que são lançadas durante as aulas de Sociologia quando trabalho assuntos de cunho étnico e racial.

Nesse sentido, sempre que tratava questões do conteúdo programático que abordavam temáticas sobre a diversidade era muito comum os\as jovens apresentarem resistência acerca do tema e manifestarem discursos estereotipados e de ódio, algumas vezes, em relação aos povos originários e africanos sem mencionar o preconceito de gênero que também é naturalizado. Surpreendeu-me em determinada aula, quando a temática cotejava a contribuição do povo indígena na região sul do país e o total desconhecimento

dos estudantes sobre a existência de três grandes etnias a configurar essa região, Xokleng, Kaingang e Guarani. Ou ainda a presença de Quilombos no estado. Santa Catarina apresenta-se como local significativo que resguarda a luta de resistência do povo negro, a saber algumas terras de quilombos, uma presença expressiva de quilombos: A Invernada dos Negros, no município de Campos Novos; Aldeia, Município de Imbituba; Caldas do Cubatão, município de Santo Amaro; Campo dos Poli, município Monte Carlo; família Thomaz, município Treze de Maio, Ilhotinha, município Capivari de baixo; Abdon Batista e Morro do boi, município de Balneário Camboriú; Morro do Fortunato, município de Garopaba; Santa Cruz, município de Paulo Lopes; São Roque, município de Praia Grande; Tabuleiro, município de Santo Amaro da Imperatriz; Valongo, município de Porto Belo e Vidal Martins, município de Florianópolis (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016)

Além disso, durante as aulas fui percebendo cada vez mais a necessidade de trabalhar as intersecções de raça\etnia e também de gênero na sala de aula para que os alunos\as de alguma maneira pudessem repensar as suas atitudes e ações em relação ao outro, sobretudo, em relação aos povos estigmatizados como índios e negros.

A cada discussão iniciada acerca da temática proposta, era visível o desconhecimento por parte dos alunos\as acerca do seu próprio Estado, Santa Catarina, que também é possuidor de territórios indígenas demarcados, palco de tensas disputas e resistentes lutas no âmbito da justiça, como o caso da terra indígena “Morro dos Cavalos”, situado nas proximidades do município da escola em que pretendo realizar o trabalho. Os alunos\as em sua maioria desconhecem a presença dos povos indígenas da sua região e comumente associam os mesmos àquela visão romântica e estereotipada que durante muito tempo estampava os livros didáticos escolares. Isto é, fazendo menção ao índio e ao negro sempre de forma negativa, no passado como se já não existissem, sobretudo, os indígenas associando que estes ainda vivem isolados da sociedade e na região amazônica.

Nessa acepção, comecei a refletir acerca de tal situação, o que me fez mais uma vez (re) pensar de que forma eu poderia pensar pedagogicamente trabalhos\atividades que os/as orientassem a desconstruir essa percepção tão negativa e subalterna que os alunos\as possuíam da sua própria história. Principalmente a respeito dos povos indígenas, os quais na cidade de Florianópolis circulam em grande número, principalmente atuando no

comércio, vendendo seus artesanatos no centro da cidade. Esse momento foi o ápice a me motivar a construir um estudo que perpassasse sistematicamente pelas discussões de etnia e raça acerca da formação étnica brasileira com concentração na sociedade catarinense.

Por esta razão, ⁴me propus a enfatizar as questões raciais e étnicas no cotidiano da escola para assim ampliar cada vez mais o debate acerca desse tema que ainda carece de visibilidade nesse espaço tão importante que é a escola. De tal modo, acredito que seja interessante colocar as questões étnicas no centro do debate, pois apesar dos avanços dos últimos anos percebemos que ainda resta muito a ser construído para que haja um equilíbrio racial e étnico em nossa sociedade.

Desse modo, o desenvolvimento desse projeto contribuirá para a discussão da temática da diversidade na escola, além de nos permitir refletir sobre os usos e a função social da disciplina Sociologia no contexto escolar, pois segundo Guimarães (2008), quanto mais as crianças tiverem conhecimento de que os argumentos usados para provar a inferioridade de outras raças foram desmentidos, mais fortemente hábitos e atitudes de respeito e integração do diferente irão desenvolver. Ou seja, quanto mais nós, professoras\es e educadoras\es enfatizarmos as questões étnicas e raciais no ambiente da escola, maiores serão as nossas oportunidades de romper com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre negros\índios, sua história, cultura, práticas e conhecimentos, além de retirar essas populações negra e indígena do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpretada pela consciência nacional.

Nesse sentido, o presente estudo dialogou com a escola Ilha Bela a importância de desenvolver novos espaços pedagógicos que propiciassem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de ações que levassem o/a aluno/a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro/a. Isto porque a escola, durante muito tempo, negou e omitiu a verdadeira história dos grupos minoritários, não reconhecendo a diversidade de formação dos seus alunos e não levando em consideração a experiência que estes possuíam fora dela.

Desse modo, considero pertinente trabalhar questões de raça\etnia no contexto escolar, pois a escola de certa forma possui uma dívida histórica com os seus alunos e está mais do

que na hora dessa instituição exercer efetivamente o seu papel e promover uma educação ética, democrática e libertária capaz de emancipar seus alunos\as em seus processos formativos e, sobretudo, dar-lhes o direito de conhecerem e reconhecerem a sua formação étnica.

3. O NEGRO NO BRASIL E NA ESCOLA BRASILEIRA

Para entendermos por que o racismo ainda hoje é muito forte na nossa sociedade, é importante salientarmos a historicidade do processo de exclusão que os povos negros e indígenas vivenciaram ao longo de quatro séculos e que se perdura até os dias atuais. Existem vários trabalhos que retratam esse período da história brasileira a saber: breves relatos da evolução das discussões, debates, produção de ensaios, tratados, monografias, teses, etc., produzidos desde o século XV, tentando provar a inferioridade do negro e do índio diante do branco, supostamente a raça superior (SANT'ANA, 2005).

Nesse sentido, Sant'Ana (2005), em sua obra *Racismo e Sociedade*, declara que:

Há uma relação muito próxima entre a escravidão a que foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra... 'O estigma em relação aos negros tem sido reforçado pelos interesses econômicos e sociais que levaram os povos negros à escravidão'. Daí o negro ter se convertido em símbolo de sujeição e de inferioridade. E este conceito negativo sobre o negro foi forjado (MARAIS, 1988, p. 100, APUD SANT'ANA, 2005 p.43).

Assim, não é difícil entender porque que as marcas do racismo e suas maléficas consequências permaneceram, já que estes preconceitos sobrevivem às gerações. A discriminação e o preconceito foram se fortalecendo no dia-a-dia, criando fortíssimas raízes no imaginário popular, chegando ao ponto no qual nos encontramos hoje. Por esta razão é preciso refletirmos a posição do negro na sociedade destacando a relação entre raça\etnia na produção de desigualdades e explicar através de dados históricos para fazer compreender o lugar de subalternidade ocupado secularmente por essas populações em nossa sociedade.

Desse modo, assumimos nesse estudo que ainda é frágil na escola o trabalho crítico de conteúdos correlatos à raça\etnia capazes de provocar mudanças expressivas na mentalidade das\os alunas\os, e que reflita efetivamente no comportamento e nas atitudes das mesmas\os em relação à valorização das diferenças no convívio social. O que se

percebe é que ainda há um nível de ignorância bastante acentuada em relação a essas temáticas, principalmente por parte de todo o corpo docente e de colegas profissionais que deviam se empenhar para transformar esta triste realidade.

Muitos estudos têm denunciado como as culturas brancas se impuseram no país, assim como as consequências nefastas que o eurocentrismo vem produzindo nas diversas áreas, é o que destaca César e Lima (2010) no tocante a inúmeras pesquisas, cujo foco aponta para a formação de educadores/as e pesquisadores/as que se voltam para “o papel da educação na transmissão e sedimentação de valores que contrariam nossa formação histórica, na qual pessoas negras precisaram “embranquecer”, essa mais uma forma de resistir, para não sucumbir à violência racial” (p.10)

Assim, a escola, que devia ser o lugar para construir bases sólidas de inclusão para a convivência e valorização da diversidade acaba por contribuir e perpetuar as estruturas de desigualdades sociais, econômicas e políticas que perduram até os dias atuais nas ações mais simples e cotidianas da nossa sociedade. Bem como reflete Sant’Ana (2005) em sua pesquisa sobre o preconceito racial na escola.

Conclui-se, portanto, no que se refere à postura do professor diante da questão racial em sala de aula, que o mesmo “atua como mantenedor difusor do preconceito racial entre os alunos, seja por omissão, seja por efetivas declarações racistas, seja pelo simples fato de desconsiderar a questão, por tratá-la como um problema menor ou inexistente” (FIGUEIRA, 1990, p. 68 APUD SANTANA, 2005).

Para Guimarães (2008) é muito delicado falar de raça\etnia no Brasil, num país que se desenvolveu o desejo do branqueamento da população em virtude da introjeção do ideal de embranquecimento difundida pelos conquistadores europeus:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, 1986, p. 9 APUD, GUIMARÃES, 2008).

Em um país com mais da metade de sua população constituída de negros e pardos, torna-se preocupante a discussão sobre raça não ocupar lugar central nos processos pedagógicos da escola. A seção seguinte versará sobre este aspecto.

3.1 RAÇA, RACISMO E EDUCAÇÃO

Para Lopes (2005) é preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população. Em decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos. “A instituição escolar precisa desenvolver programas que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade” (p.188). Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir (LOPES, 2005).

Ainda de acordo com a autora, é forçoso reconhecer que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem. Por isso que diante a necessidade de se discutir na escola as questões de raça e etnia, ressalta-se o quanto é importante o debate urgente acerca destas temáticas.

Para César e Lima (2010) existe na sociedade brasileira um mal-estar em utilizar os termos raça e racial para designar segmentos da população de ascendência africana, e o mal-estar tende a aumentar, quando resultante da sua associação a estudos produzidos no século XIX, que conduziam “à separação de raças superiores e inferiores, restringindo-se a aspectos biologizantes, onde o fenótipo era determinante para a demonstração de que os negros eram incapazes e inferiores por natureza” (p.11).

Na função de categoria socialmente construída a categoria “raça” persiste como dura e incontestável realidade em diversos contextos sociais (p. 45). Continuam as autoras dizendo que os termos raça e racismo causam mal-estar porque, numa sociedade como a brasileira, que se dizia há pouco tempo uma democracia racial, acredita-se, ainda, que reina harmonia entre negros e brancos. No atual momento político brasileiro, as discussões em

torno da ideia de racismo institucional ganham força, no sentido de proposição de políticas de ações afirmativas que visam reparar as injustiças sofridas por negros e negras, na educação, na saúde, no mundo do trabalho.

Em paralelo, outras nomenclaturas tomam proporções maiores, como o denominado racismo institucional que é:

A incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem racial/étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos, sejam eles minorias ou não (CÉSAR; LIMA, 2010, p.10-11).

Esta forma de ver o racismo desloca a responsabilidade de práticas racistas por parte de um indivíduo e responsabiliza o Estado pelas discriminações negativas contra os/as negros/as. Em relação à escola, é preciso ter em conta que tudo aquilo que é negado na formação cultural do Brasil também é negado na escola brasileira, instituição social encarregada de apresentar, transmitir, disseminar e difundir a cultura hegemônica (p.13).

Ainda sobre a discussão conceitual de racismo, apresentaremos uma abordagem delineada e definida de seus variados tipos. Segundo Sagato (2004) há diversas formas de racismo no Brasil, há também a falta de esclarecimento, que faz com que, em muitas ocasiões e cenários dos mais variados, às vezes discriminemos, excluamos e até maltratemos por motivos raciais sem ter qualquer grau de percepção de que estamos incorrendo num ato de racismo. Para a autora existem pelo menos quatro tipos de ações discriminativas de cunho racista, as mais conscientes e deliberadas não são as mais frequentes entre nós. Isto leva a que muitos não tenhamos consciência da necessidade de criar mecanismos de correção para contrapor à tendência espontânea de beneficiar o branco em todos os âmbitos da vida social brasileira. Os quatro tipos de racismo mais comuns podem ser definidos como segue: Tais definições são proposições de Sagato (2004, p.63-64) e por nós apreendidas.

1- *Um racismo prático*: automático, irrefletido, naturalizado, culturalmente estabelecido e que não chega a ser reconhecido ou explicitado como atribuição de valor ou ideologia. Opõe-se aos racismos fundamentados numa consciência discursiva. O professor

de escola que simplesmente não acredita que o aluno negro possa ser inteligente, que não o ouve quando fala nem o percebe na sala de aula. O porteiro do edifício de classe média que não pode conceber que um dos proprietários seja negro. A família que aposta sem duvidar nas virtudes do seu membro de pele mais clara.

2- *Um racismo axiológico*: expressa-se através de um conjunto de valores e crenças que atribuem predicados negativos ou positivos em função da cor da pessoa. O professor universitário que em aula proclama "todos nós sabemos que os negros são inferiores intelectualmente ao branco, mas isso não é razão para que os tratemos mal" - exemplo que tomei do relato de um estudante do curso de Letras desta Universidade.

3- *Um racismo emotivo*: expressa-se manifestando rancor, ressentimento ou medo em relação a pessoas de outra raça. Alguém que, em um elevador, se assusta por estar em companhia de uma pessoa negra, o que adverte os filhos de que não façam amizade com colegas dessa cor.

4- *Um racismo político* e, em alguns países, até partidário: grupos políticos que advogam o antagonismo aberto contra setores da população racialmente marcados. O Partido Nacional Australiano ou a Ku-Klux-Klan norte-americano são exemplos. Esta última variante é praticamente desconhecida no Brasil, à exceção de pequenos grupos neonazistas existentes em alguns centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O primeiro destes quatro tipos é o mais frequente no Brasil. Curiosamente, apesar de que se apresente como a mais inocente das formas de discriminação racial, está longe de ser a mais inócua. Muito pelo contrário, é a que mais vítimas faz no convívio da vida escolar e aquela da qual é mais difícil defender-se, pois opera sem nomear. A ação silenciosa da discriminação automática torna o racismo uma prática estabelecida, costumeira, mas dificilmente detectável. Somente do outro lado da linha, no polo distante e macroscópico das estatísticas, torna-se visível o resultado social destes incontáveis gestos microscópicos e rotineiros.

Por isso, é preciso pesquisar formas de abordagem da história no mundo e no Brasil para entender as raízes que constituem o racismo nosso de cada dia. Compreender o passado para mudar o presente e atuar para que não se repita no futuro. Faz-se necessário estudar a cultura afro-brasileira e africana na sala de aula, uma vez que a formação de

professores tem sido omissa nesse particular, para isso, é importante olhar em volta o que tem sido feito não só em termos da cultura acadêmica, mas também nas “culturas que se manifesta nos grupos jovens, religiosos, nas experiências de educação antirracismo, realizadas por organizações ou educadores/as independentes, na imprensa e literatura afro-brasileira³ e pelos movimentos negros em sua atuação política “ (p.14)

Portanto, apostamos na educação como um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosas\os nesse esforço de valorização e reconhecimento das diferenças, pois somente ela é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram\fomos socializados. Assim, acreditamos que discutir a temática raça e etnia na escola contribuirá para a construção de uma sociedade voltada para a valorização das diferenças e para a garantia dos direitos humanos.

3.2 A INSTITUCIONALIDADE DO DEBATE RACIAL NA ESCOLA BRASILEIRA

Importa ressaltar que no plano legal, a implantação da já mencionada Lei 10.639/03 contribui e muito para esclarecer a participação do povo negro na identidade do povo brasileiro, bem como construir esse debate de forma mais responsável e intensa na escola. A partir da década de 1980, a crescente organização dos movimentos sociais provoca algumas fissuras nos modos de fazer política e também educação. Hoje, algumas conquistas dão o lastro para se contar uma outra história da educação no Brasil.

Para Gomes (2005) um marco fundamental, neste sentido, é a Constituição de 1988, onde as vozes dos grupos minoritários passaram a ser consideradas, mediante pressão dos movimentos sociais, registrando-se “a conquista de direitos sociais relacionados às identidades de raça, gênero, opção sexual, dentre outras. A LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96) representa um avanço para correção de injustiças acumuladas e camufladas ao longo do tempo, rompendo com a obrigatoriedade da seriação e legitimando processos educacionais considerados não-formais, dentre outros”.

Em seguida, ainda de acordo com a autora, via PCN, são propostos temas transversais, dentre eles “Pluralidade Cultural, onde o MEC reconhece a existência da

discriminação racial e do preconceito no interior da escola, conclamando os/as educadores/as a trabalharem conteúdos e metodologias para desconstruir atitudes preconceituosas e racistas em relação aos diversos grupos sociais, sobretudo em relação aos negros e negras” (p.14). Em relação ao Ensino Médio, os PCNEM estabelecem a identidade e a diversidade como princípios articuladores da prática pedagógica.

Optamos, no estudo, por um arcabouço teórico que oriente para a explanação significativa dos constructos de raça e etnia, principalmente em contexto escolar, por entendermos que esse espaço é responsável por promover a discussão institucional sobre o racismo e como negar esse debate inviabiliza práticas respeitadas com o outro em sua atuação cognitiva, histórica, cultural e social. Nesse sentido, analisar a minha experiência enquanto professora de sociologia para o ensino médio público em um Estado, majoritariamente branco, foi bastante trabalhoso e prazeroso ao mesmo tempo, a motivação em selecionar as leituras que acompanharam o desenrolar da minha atuação enquanto socióloga, certamente implicou significativamente no amadurecimento e diálogo com a temática escolhida. E sobre o Ensino Médio e a formação do professor o próximo capítulo versará.

4. ESTUDANTE E PROFESSOR: ATORES DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

4.1 O ALUNO NEGRO NA ESCOLA

Início este capítulo com a proposição de Souza (2006) sobre a necessidade da seguinte interrogação: Jovens no espaço escolar: quem são? E eu acrescento, quais são suas trajetórias de vida? Quem são sua família? Como se constituem socialmente? Questões essas também endossadas por Krawczvk (2004), ao discorrer sobre a configuração do espaço da escola média, destacando, entre outros elementos, que a maioria do “conjunto de professores/ as conhece pouco da vida dos(as) alunos(as), não sabem onde e com quem moram, quais atividades realizam além de frequentar a escola, como ocupam seus fins de semana, ou ainda, qual é a realidade socioeconômica de seus núcleos familiares” (p.84). Ainda segundo a autora, no geral, os comentários de professores/as a respeito dos(as)

estudantes são ambíguos e tendem a se limitar às diferenciações, “às vezes estereotipadas, entre os alunos(as) que assistem ao curso diurno e ao curso noturno, ainda assim é de forma mais geral e não exatamente da instituição em foco” (2004, p. 147).

Entendemos ser de extrema importância conhecer os alunos que frequentam o ensino médio da escola, da turma. Fizemos essa experiência em sala, de modo geral, pois para aprofundar são necessárias algumas aulas. Em nosso trabalho na escola Ilha Bela⁵, nas três turmas trabalhadas, elaboramos três perguntas para os três únicos estudantes negros:

- 1- Você e sua família são naturais de qual estado brasileiro (nascidos no Estado de Santa Catarina, pais e filhos)
- 2- Você trabalha, além de estudar? (Estava à procura do primeiro emprego)
- 3- Local em que residia (Alto Aririú)

É natural falar de um estudante sem que se saiba quem ele é, sem que se conheça os diversos contextos e as necessidades de respostas diferentes à existência de cada um dentro da escola. Alguns desses aspectos estão presentes em Souza (2006), ao retomar os estudos de Abramovay e Castro (2003), que apontam os problemas de infraestrutura, espaços físicos, recursos pedagógicos, evasão, repetência e as truncadas relações vividas na comunidade escolar. Entre outros pontos, destacam-se:

boa parte do conjunto de professores/as admite não ter domínio sobre os conceitos e os objetivos principais da reforma, e precisam de preparo e formação para aplicação e adaptação às suas realidades; no geral, os principais problemas da escola são o desinteresse e a indisciplina dos(as) estudantes, bem como a falta de espaços físicos adequados; principalmente nas escolas públicas, a proporção de abandono dos estudos, ao menos uma vez com posterior retorno, é de 35,2% no curso noturno e 8,9% no diurno; existem altos índices de reprovação na trajetória escolar e em algumas capitais cerca de metade ou mais se declara repetente; cerca de 20% dos(as) alunos(as), em especial os que estudam em escola pública, indicam não ter acesso ao ensino que envolva artes e questões culturais (SOUZA, 2006, p.85 APUD ABRAMOVAY; CASTRO, 2003).

Diante desse quadro, Souza (2006) admite que o estudo lista uma série de recomendações a serem seguidas pelas políticas públicas, como: a) melhorar as condições

⁵ Ilha bela é um nome fictício que por questões éticas optei por fazer o uso, a fim de não caracterizar e identificar a instituição de ensino.

de vida dos(as) estudantes, com a garantia de que possam permanecer na escola, sugerindo neste sentido a ampliação da bolsa-escola para quem cursa o Ensino Médio; b) melhores condições de vida e da qualidade do trabalho dos(as) profissionais da educação, recomendando melhoria salarial e formação continuada; c) adequar as condições físicas e as práticas de relações, devendo-se cuidar tanto do espaço como do clima de interação escolar; d) medidas para melhorar a qualidade do ensino e o cultivo do hábito e gosto de estudar, incluindo a diversificação das atividades escolares, com ênfase ao acesso à informática e às atividades desportivas, artísticas e culturais. Essas proposições garantem que o aluno de Norte a Sul do Brasil possa dedicar-se plenamente aos seus estudos e assim empenhar-se em escolhas futuras para sua formação profissional e cidadã.

Concentrando a pesquisa para o corpo discente negro, a situação sofre um agravante, uma vez que o retrato detectado por vários estudos, entre eles o realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, baseado em pesquisa de 2002 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga que a população negra possui em média 5,3 anos de estudo, enquanto a branca tem 7,1 anos. Quanto à frequência escolar, a população negra na faixa de 15 a 17 anos registra índice de 78,6%, abaixo da média do país, de 81,5%. “Na realidade, a maioria das escolas ainda não reconhece e acolhe a cultura, a história e os valores da população negra em sua dinâmica cotidiana – currículos, princípios e práticas pedagógicas” (p. 87).

Quais ações já existem na escola? Quem são e o que pensam os professores/ as e demais profissionais da educação sobre essa questão? Quem são os(as) estudantes que, para além do perfil socioeconômico, têm sonhos, desejos e necessidades? Esse levantamento torna-se urgente, considerando que a maior parte dos(as) estudantes apresenta menos de 20 anos e pode ter na escola um significado que excede a busca de uma alternativa para a sustentação de projetos de vida, muitos ainda nem descobertos.

Nesse ponto de vista, torna-se imprescindível considerar o conhecimento e as perspectivas de vida do público jovem negro que frequenta as salas do Ensino Médio como motor de toda e qualquer proposta. É preciso atentar para o fato de que juventude não é somente um tempo da vida de preparação para a fase adulta, e sim um tempo social, cultural e de construção de sua identidade. “Esses/as jovens têm já uma história e precisam se reconhecer como protagonistas e sujeitos de sua trajetória, e a escola necessita respeitar e

ouvir o que eles/as desejam, chamá-los(as) e entendê-los(as) como parceiros(as) na construção das práticas pedagógicas” (p.95-96)

Por isso, ouvir e sedimentar a formação do corpo docente para sensibilizá-lo para o atuar junto às questões étnico raciais torna-se imprescindível.

4.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL

A abordagem das questões étnico-raciais na Educação depende muito da formação inicial de profissionais da educação. Eles ainda precisam avançar para além dos discursos, ou seja, se por um lado, as pesquisas acadêmicas em torno da questão racial e educação são necessárias, por outro lado precisam chegar à escola e sala de aula, alterando antes os espaços de formação docente. Constituímos nossa identidade profissional em meio ao mito da “democracia racial”, como nos indica Kabengele Munanga:

A partir de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto, miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificulta a nossa união e o nosso projeto enquanto povo e nação. Somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo que está acima de tudo, acima das suspeitas raciais e étnicas, um povo sem barreiras e sem preconceitos. Trata-se de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos. (MUNANGA, 2007, p. 216).

Como posto na citação acima é o debate responsável e crítico na escola que poderá ser capaz de desconstruir o imaginário do mito racial brasileiro, a saída é a formação dos profissionais da educação a ponto de consolidar ancoragens em que o professor se sinta provido de argumentos, conhecimentos e postulados teóricos que identifiquem as práticas de racismo existentes na sociedade e conduza às práticas que possibilite desconstruir a pseudo democracia racial, há décadas subjugadas ao pensar pedagógico. O caminho percorrido até o momento, em direção à educação anti-racista e para a diversidade, resulta do debate ocorrido nas últimas décadas em torno da inclusão, do direito de todos à educação e do respeito ao pluralismo cultural em que vivemos no Brasil e no mundo.

“Também decorre das políticas de ações afirmativas desenvolvidas principalmente a partir do final do século XX, por demanda constante do Movimento Negro, dos compromissos assumidos em conferências internacionais por parte do Estado brasileiro, dentre outras instâncias” (GOMES, 2005, p.128).

Concordamos com Gomes, quando apregoa que é preciso refletir acerca do espaço de formação destes/as professores/as, ou seja, avaliar se as IES vêm se organizando para a inclusão das temáticas relativas às relações étnico-raciais, assim como o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) sobre “Formação de Professores no Brasil (2002), no período entre 1990 e 1998, dos 834 trabalhos de dissertação e teses defendidas, 60 (7,1%) tratavam de formação de professores/as. Dentre estas, apenas uma dissertação, de 1993, relaciona-se à formação inicial e questões étnico-raciais” (p.129).

Gomes (2005) ressalta que a despeito do crescente aumento da produção sobre o negro e a educação, no Brasil, nas duas últimas décadas, a produção de teses e dissertações ainda é pequena. Para a autora, a maior parte dessa produção se apresenta em forma de artigos publicados em periódicos especializados. Também associações e organizações não-governamentais destacam-se na produção de pesquisas, mas principalmente de cursos de formação continuada de professores/as.

Temos como exemplos a Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (Anped), que organiza o “Concurso Negro e Educação” (com a Ação Educativa e o apoio da Fundação Ford), e instituiu recentemente o Grupo de Trabalho “Afro-Brasileiros e educação”; a (Anpocs), Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais, assim como, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert/SP) e o Núcleo de Estudos Negros/SC (Nen/SC). Os dois últimos se destacam no oferecimento de cursos de formação para professores/as em serviço, especialmente da rede pública (GOMES, 2005, p.130).

Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores. Contudo, não podemos generalizar e dizer que todos(as) os(as) educadores(as) sofrem de apatia e passividade. Durante as palestras e debates de que tenho participado nos últimos anos, tenho notado que, aos

poucos, vem crescendo o número de educadores(as) que desejam dar um tratamento pedagógico à questão racial (GOMES, 2005).

Esse movimento tem impulsionado a escola brasileira a pensar sobre a necessidade de se criar estratégias de combate ao racismo na escola e de valorização da população negra na educação. Porém, antes de pensarmos em quais estratégias poderemos adotar, é importante que estejamos atentos ao seguinte ponto: se todos nós estamos de acordo com a necessidade de se desenvolver estratégias de combate ao racismo na escola, que é o objetivo desse estudo, concordamos com o fato de que o racismo existe na sociedade brasileira. E mais, concordamos que racismo está presente na escola brasileira. Esse é um ponto importante porque rompe com a hipocrisia da nossa sociedade diante da situação da população negra e mestiça desse país e exige um posicionamento dos(as) educadores(as) (GOMES, 2005). Essa constatação também contribui para desmascarar a ambiguidade do racismo brasileiro que se manifesta através do histórico movimento de afirmação/negação. “No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais” (p.147-148).

Desse modo, compreendemos neste estudo que o combate às práticas racistas devem se iniciar pela formação do professor, desde a educação básica, além disso, as orientações advindas do corpo administrativo pedagógico também precisa dialogar com essa formação e contudo, apropriar-se das teorias epistemológicas e didáticas que fundamentam o ensino como para uma abordagem clara e dinâmica dos assuntos de cunho étnico-racial no ambiente da escola.

Assim, a construção desse trabalho é Guimarães (2008), o qual faz uma abordagem muito satisfatória acerca dos termos raça, cor e outros conceitos analisando de forma muito compreensiva a construção desses termos para entender os processos de desigualdades sociocultural e racial na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a escolha e uso do material didático voltado para professores da Educação Básica do Programa de Inclusão Social do Ministério da Educação (MEC) Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero é uma obra basilar e necessária ao professor do ensino médio, tal obra apresenta reflexões bastante interessantes acerca da temática supracitada e contribuições

extremamente significativas para trabalhar com as questões étnico-racial no contexto escolar.

Outro autor que pretendo utilizar para a elaboração do presente trabalho é Kabengele Munanga, especificamente sua entrevista concedida à revista *Estudos Avançados no ano de 2004* onde faz reflexões sobre a difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil, especialmente, quando se discutem políticas de ação afirmativa, como cotas para negros em universidades públicas. Nesse sentido Munanga (2005) enfatiza que parece simples definir quem é negro no Brasil, mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não, uma vez que esta questão é bastante problemática.

Assim sendo, consideramos extremamente significativa as discussões teóricas apresentadas no artigo “*Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação*”, de autoria de Nilma Lino Gomes. Essa obra toca com responsabilidade em questões ligadas aos preconceitos, às representações sobre o negro e às identidades, temáticas que a escola, hoje, está cada vez mais desafiada a enfrentar e a tratar pedagogicamente. Desse modo, a autora enfatiza que a questão racial está ligada a um terreno muito delicado e, sobretudo, às nossas representações e aos nossos valores sobre o negro. Além disso, a autora reflete também sobre os desdobramentos do racismo e o papel da escola e das professoras/es no enfrentamento dessa questão.

Nesse sentido, Gomes (2005) destaca questionamentos em relação à garantia dos Direitos Indígenas que estão na Constituição Federal de 1988 e que a educação para diversidade em consonância com a formação do professor pode elaborar eficazmente. Apresentando, enfim a ação cultural que os povos originários do Brasil negros e indígenas carecem se tornar partícipes da continuidade histórica de sua contribuição identitária para a formação do povo brasileiro, especialmente no Estado de Santa Catarina, pois aqui a tendência é a perpetuação da supremacia branca europeia, admitindo implicitamente que o estado é constituído unicamente de povos brancos. Assim, a leitura de Cunha (2009) contribui massivamente para desconstruir e desmistificar alguns argumentos falaciosos em relação aos povos negros e indígenas que são bastante presentes na sala de aula e certamente auxiliar também no apoio a esses grupos marginalizados que vivem em

situações de vulnerabilidade social, e que merecem ter sua diversidade reconhecida e seus direitos garantidos.

4.3 O ENSINO E A ESCOLA PENSADA PARA E COM A DIVERSIDADE

É sabido que o sistema educacional brasileiro se expandiu de forma significativa nos últimos anos. Podemos notar através da elevação da escolaridade média da população, a redução na taxa de analfabetismo e o aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino. Para Henriques (2002) “essa expansão, apesar de absolutamente necessária, ainda é modesta e não necessariamente está associada aos componentes de qualidade e equidade requeridos por uma estrutura educacional moderna” (p.33). No entanto, é evidente que a manutenção dessa tendência contribui para recuperar nosso atraso histórico estrutural em relação à escolaridade da população brasileira e às possibilidades de desenvolvimento econômico e social sustentável em nosso país. (HENRIQUES, 2002)

É notório que a alfabetização é uma das características mais elementares que compõem o conjunto de oportunidades básicas necessárias para assegurar aos indivíduos condições mínimas de cidadania e equidade social. Desse modo, eliminar o analfabetismo é um desafio histórico para qualquer sociedade contemporânea.

O Brasil ainda se encontra distante do objetivo de erradicação do analfabetismo. A oferta e o acesso ao sistema educacional brasileiro tem crescido ao longo do tempo, no entanto, a redução na taxa de analfabetismo, apesar de contínua, deu-se em ritmo modesto. De acordo com Castro (1998, p. 7 apud HENRIQUES, 2002, p. 34), entre 1920 e 1991, o ritmo da queda na taxa de analfabetismo da população com 15 ou mais anos de idade foi, em média, de 0,63% ao ano. Na década de 90, a taxa de analfabetismo caiu de 20,1%, em 1991, para 13,3%, em 1999. Se considerarmos o período de 1992 a 1999, descrito na tabela 4, vemos que a velocidade de redução na taxa de analfabetismo corresponde, em média, a tímidos 0,56% ao ano. Além disso, não é possível desconsiderar que a taxa de 13,3%, observada em 1999, ainda é significativamente elevada para as expectativas do final do século XX.

Combater o preconceito racial e a discriminação presentes no contexto escolar torna-se urgente para que os envolvidos na educação reconheçam as diferenças, construam

identidades efetivamente igualitárias, superando o racismo e combatendo a discriminação, propalando a História e Cultura Afro-brasileira e Africana (OLIVEIRA, 2011).

Ainda de acordo com Oliveira (2011, p.5) é preciso oportunizar aos alunos um pensar em relação às ações do seu cotidiano, evidenciando a discussão da temática étnico-racial, levando estes mesmos alunos a se verem como sujeitos históricos, pertencentes a determinados grupos e estimulá-los a buscarem pela pesquisa, pelo novo, sem deixar de encontrar no velho os elementos importantes para enfrentarem a realidade presente. O ensino da educação étnico-racial é uma dívida para com o nosso povo, só assim, será restaurado a importância do negro como agente ativo do processo de formação da sociedade brasileira e fará com que nossos alunos se sintam construtores da sua própria história.

Percebemos que a efetividade da educação étnico-racial nas escolas brasileiras e especialmente nas de Santa Catarina só será possível mediante formação, estudos e diálogos, pois o educador precisa estar ciente das leis e dos parâmetros que regem a educação, sua gestão, estratégias e organização. Importa, também, apropriar-se das políticas e ações afirmativas que se referem às relações étnicas e raciais no cotidiano escolar. Tal postura é conveniente tanto no ambiente de sala de aula quanto nos demais espaços de convivência educativa (SANTOS, 2013).

5. METODOLOGIA

A viabilidade dessa proposta consiste no desafio de refletir e tentar dar visibilidade para os aspectos culturais, sociais econômicos e políticos de grupos minoritários, sobretudo aqueles que vivenciam a discriminação por sua cor, raça\etnia. Nesse sentido, optei por trabalhar com três turmas dos primeiros anos do Ensino médio de uma Escola pública da grande Florianópolis SC, que têm pela primeira vez a experiência com a disciplina de Sociologia e que apresentou resistências sempre que abordava assuntos relacionados a temáticas de cunho étnico e racial na sala de aula, as quais geravam discussões acirradas acerca do tema.

Desse modo, o público com o qual trabalhei apresentava em média uma faixa etária de 14 a 17 anos e exibia um equilíbrio entre os sexos, o que não ocorreu na mesma proporção em termos étnicos, pois das 05 turmas em que trabalhei, tendo em média 30 alunos por sala, havia apenas 05 alunos negros\as, sendo 03 do sexo feminino e 02 do sexo masculino e nenhum aluno indígena. Optei por analisar os textos e entrevistas abertas com três alunos. Os textos são produções discursivas produzidas nas aulas de Sociologia, com abordagens temáticas que envolviam as questões étnico raciais.

Acreditamos que nossa pesquisa se insere em um paradigma qualitativo de pesquisação, por entendermos que envolve a nossa prática pedagógica, além de orientar a organização da atividade desenvolvida. Além disso, possibilitava emergir questões que nos orientavam para uma reelaboração da prática, sempre que assim refletíamos.

Para Tripp (2005) é difícil de definir a pesquisa-ação por duas razões interligadas: primeiro, é um processo tão natural que se apresenta, sob muitos aspectos, diferentes; e segundo, ela se desenvolveu de maneira diferente para diferentes aplicações. Quase imediatamente depois de Lewin haver cunhado o termo na literatura, a pesquisa-ação foi considerada um termo geral para quatro processos diferentes: pesquisa-diagnóstico, pesquisa participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental (Chein; Cook; Harding, 1948). Na década de 1970, incorpora-se (com finalidades de) mudança política, conscientização e outorga de poder [empowerment] (termo cunhado por Paulo Freire em 1972-1982). A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos. É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo (TRIPP, 2005).

Pesquisa-ação: uma introdução metodológica, a qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. Nesse sentido, a proposta da pesquisação também se utiliza de pesquisa participante, entre suas derivações, acreditamos ser a mais condizente, uma vez que estive envolvida cotidianamente com os alunos no processo de criação das atividades.

Assim, consoante ao entendimento da pesquisa, lancei mão dos estudos antropológicos, pois conforme admite Oliveira (2006), o trabalho do antropólogo e do sociólogo pode ser dividido em três etapas, a saber: “olhar”, “ouvir” e “escrever”. Tais etapas são diferenciadas e disciplinadas pelas teorias que norteiam o trabalho do pesquisador. O olhar e ouvir podem ser considerados como etapas preliminares da investigação. O escrever consiste na “configuração final” do trabalho investigativo. Geertz (1997) e Oliveira (2006) observam duas etapas distintas na investigação: “estar lá”, vivenciando a situação do trabalho de campo; “estar aqui”, elaborando uma etnografia com o material obtido no contato com os sujeitos em seus ambientes cotidianos de vida.

É neste sentido que utilizo a perspectiva de cunho participante-pesquisador em seu sentido mais amplo, em diálogo com a etnografia escolar, de vivência com os sujeitos, abrindo espaço para trazer a subjetividade do trabalho e com isso minha própria trajetória pessoal e como ela cruza com a trajetória das possíveis pessoas que serão interlocutoras neste estudo.

Sobre etnografia escolar, autores como Lucena (2012, p. 120) ressaltam que a etnografia escolar ocupa um lugar de destaque na compreensão das políticas educacionais. No ensino/aprendizagem de línguas, de sistemas organizados socialmente, em especial, aqueles que desenvolvem pesquisas nessa perspectiva podem contribuir para a dissolução de tensões e desafios existentes entre as políticas governamentais e a área local, uma vez que abordagem etnográfica nos permite compreender as mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental. Além disso, tal metodologia de pesquisa nos propicia entender como as políticas governamentais interferem na produção social, no tempo e no espaço dos indivíduos nos processos de socialização das novas gerações e das atuais também.

Nesse sentido, os novos cenários de pesquisa abrem espaço para questionar a concepção do que seja verdade, a qual passa a ser o resultado momentâneo da negociação, intersubjetiva e discursiva, de sentidos numa comunidade científica. Além, obviamente de conhecer o espaço escolar com mais compromisso e propriedade, pois o observamos não mais como meros partícipes profissionais, sobretudo como pertencentes àquele lugar que permite olhar-se para além dos muros escolares.

5.1 SUJEITOS DO ESTUDO⁶

Três alunos: um do sexo masculino e duas do sexo feminino, todos negros, com idade de 16, as meninas e 17 o menino, nascidos em Santa Catarina e filhos de pais também nascidos no referido Estado.

O convite foi feito aos participantes devido à sua condição de negros, minorias na sala e na escola. Além disso, convém ressaltar que os três estudantes são alunos participativos, críticos e questionadores, com desempenho excelentes, não apenas na disciplina de Sociologia, mas em todas as outras.

Denominaremos os participantes com nomes fictícios, a fim de preservar o sigilo e identidade de todos, respectivamente João, Ana e Maria.

6. CAPÍTULO DE ANÁLISE: REFLEXÕES SOBRE AULAS DE SOCIOLOGIA E O QUE DIZ O ALUNO NEGRO

A análise constituída neste capítulo tem o propósito de evidenciar as reflexões sobre as questões de raça e etnia em textos e questionários respondidos por alunos negros do ensino médio de uma escola pública da grande Florianópolis.

6.1 DISCIPLINA SOCIOLOGIA, O QUE TEMOS A APRENDER?

Antes de nos adentrarmos na análise, torna-se necessário falar brevemente da disciplina Sociologia e como ela se constituiu nas aulas da escola catarinense. Em termos simples, a Sociologia *é a ciência que se debruça sobre a própria sociedade e todas as suas ramificações, componentes e integrantes* (RODRIGUES, 2015). Ela se dedica a

⁶ É sabido que o curso GDE também contempla questões de gênero, por tratar-se de tema de vasta amplitude, optou-se, nesta pesquisa, por focar as questões étnico-raciais, que também são de grande amplitude em si mesmas.

compreender as formas de interação que temos uns com os outros, nossas organizações e os fenômenos sociais observados na realidade dos indivíduos.

Para Rodrigues (2015, p. 2) o olhar sociológico traz-nos sempre uma nova perspectiva sobre situações que aparentemente são de natureza individual, mas que acabam por atingir uma gama muito maior de nossa realidade coletiva. Podemos tomar como exemplo a situação econômica dos indivíduos, que, embora possa ser uma abordagem bastante particular, pode também ser observada por uma perspectiva mais abrangente, quando nos voltamos para a análise da situação econômica de todo um país. Isso significa abordar toda a cadeia social, as formas como nossa realidade econômica é afetada e as possíveis consequências desse fenômeno, como o acentuamento da desigualdade social e, possivelmente, o agravamento de outros problemas, como a violência, a fome e a precarização da educação.

Logo, no trabalho com a disciplina Sociologia, obviamente as relações entre o histórico e o social são relevantes tratar, tampouco, os imbricamentos com as questões que entrelaçam passado e presente, autores da atualidade e os clássicos são conteúdos obrigatórios. Em tempos de acirramento político foi papel do professor de Sociologia tratar com efetiva responsabilidade do cenário político brasileiro, não apenas do ponto de vista do momento recente, mas trazer espelhamentos que sustentam e justificam a realidade atual quando comparadas com os processos históricos do passado.

Além disso, conceitos de Trabalho, Política, Economia, Desigualdade Social está estreitamente alinhados aos temas transversais cunhados pelo PCN's para o Ensino Médio. Nesse sentido, a abordagem de tais conceitos desconectados da realidade do aluno é inevitável e relacionar essa realidade local com o Brasil e o Mundo é substancialmente necessária, assim que avaliei e construí junto às turmas do primeiro ano um trabalho que problematizasse não somente “os conteúdos obrigatórios” da disciplina Sociologia, todavia propus discussões que resultaram em muitos conflitos, mudanças e outras perspectivas epistemológicas.

Trabalhar em uma escola do Sul do Brasil, cuja comunidade discente e docente é majoritariamente branca não é o problema, o problema se apresenta quando a questão étnico-racial não ocupa papel preponderante no debate escolar e sim surge como tema

periférico, tratado nas famosas datas já conhecidas do grande público (O dia da Consciência Negra e o 13 de maio) esse mesmo tratamento é dado à temática indígena na escola.

Construir um debate que fundisse Economia, sociedade, Trabalho e os povos, cujas identidades constituem o Brasil não foi tarefa fácil, a começar pelo não engajamento total dos professores das outras áreas, a discussão dos temas supracitados são práticas das disciplinas Sociologia, História e Filosofia, quando acontecia, as demais não se veem pertencentes e disponíveis a dialogar com essa construção, isso dificultou bastante o meu trabalho enquanto socióloga/antropóloga na escola Ilha Bela. Se com a comunidade docente não há interação, o corpo discente também não se reconhece na discussão. No nosso entendimento, ressaltamos as seguintes inferências. As três turmas de primeiro ano com que trabalhei, cada uma tinha um aluno negro, alguns pardos, mas sobretudo brancos. Quando questionados sobre a pouca presença de alunos negros a resposta era rápida: “ professora o Estado de Santa Catarina foi colonizado por europeus, daí a pouca representação negra”.

O pensamento acima está assentado no imaginário social e prescrito como verdadeiro, não admitindo ser questionado e sua “verdade” ser desconstruída. Na posição de professora socióloga/antropóloga como assumir um debate de desconstrução como proposto por Gomes (2005) e outros estudiosos das questões raciais no Brasil? Na tentativa de responder a essa questão, elaborei aulas de Sociologia durante o ano letivo de 2016 e realizei debates demasiadamente difíceis, de resistência ao pensamento diferente e de desconstrução das verdades sacralizadas. Portanto, os excertos analisados são parte de textos produzidos por alunos negros, resultados desses debates, cuja finalidade era avaliativa. Somado a isso, propusemos um questionário aos três alunos, a fim de compreender suas trajetórias de vida, formas de trabalho, lazer e estudo e suas expectativas quanto ao futuro e mundo do trabalho. Pressupomos com isso alcançar o proposto nos objetivos específicos deste estudo.

As aulas que deram origem aos textos produzidos e aqui analisados, alinhadas aos conteúdos obrigatórios para a primeira série do Ensino Médio passaram por questões de: a Sociologia e a compreensão da população negra como parte constituinte da identidade catarinense e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos, e nações, posicionando-se contra qualquer

discriminação, baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais ou sociais.

6.2 COMO ME VEJO NA MINHA VIDA, ESCOLA E NO MUNDO

Nesta seção analisaremos os três questionários dos três alunos, a partir de três perspectivas: *Trajetórias/origens ocupação e lazer; alunos/as negros/as na sua escola e a importância da disciplina de Sociologia no combate a preconceitos e discriminações no ambiente escolar.*

6.2.1 Trajetórias/origens ocupação e lazer

Quando perguntando sobre sua origem/descendência e formas de lazer e trabalho os alunos responderam assim:

ANA:

Origem: *Alemã*

Trabalho: *Trabalha e faço curso de vendas*

Diversão e ocupação dos fins de semana: *Estudando e descansando*

MARIA:

Origem: *Brasileiro com Alemão*

Trabalho: *Trabalha*

Diversão e ocupação dos fins de semana: *Passeio com o namorado*

JOÃO

Origem: *Minha família é de origem Portuguesa, e quando meus antepassados aqui chegaram, partiram para a agricultura para tentar viver. E deu certo, meus avós, tinham roças de vários tipos de plantações.*

Trabalho: *Além de frequentar a escola, tenho outras atividades complementares. De segunda a sexta, trabalho no período diurno e no período noturno estou na escola.*

Diversão e ocupação dos fins de semana: *Meus finais de semana, tento ocupar da melhor maneira. Aos sábados, jogo futebol a tarde, e a noite participo de grupos de jovens de minha igreja. Após as reuniões, saio, vou fazer lanche com amigos. Já no domingo,*

aproveito de outra maneira. Durante o dia, saio com amigos, vou ao Shopping, praia, parque aquático, entre outras coisas. A noite, vou ao culto em minha igreja.

Importa ressaltar nos excertos acima a questão de origem dos três participantes, em nenhuma resposta o participante se reconhece negro na sua descendência, podemos inferir que o fatores de nascimento em Santa Catarina e da colonização europeia fortemente presente no Estado denota que alguém nascido aqui não possa descender de negro e indígena por exemplo. O não reconhecimento como pertencente ao mundo e ao povo negro só reforça o destacado por Gomes (2005), a inclusão de assuntos ligados à África e ao povo negro na educação formal é uma das estratégias para reconhecer a presença desse grupo na história do Brasil. Continua a autora, revelar a África pela própria visão africana também surte efeito. O continente produz cultura, histórias e mitologia, o que a perspectiva eurocêntrica não nos deixa ver (GOMES, 2005).

Além disso, acreditamos que esse não reconhecimento é resultado do exposto por Segato (2004, p.63), a autora denomina formas de inscrição do racismo no espaço institucional, no caso da escola, a não reflexão dos muitos povos que constituíram a identidade brasileira, inclusive da região Sul, reforça “*um racismo prático: automático, irrefletido, naturalizado, culturalmente estabelecido e que não chega a ser reconhecido ou explicitado como atribuição de valor ou ideologia. Opõe-se aos racismos fundamentados numa consciência discursiva*”.

Outro ponto a discutir é o fato de todos os três participantes trabalharem. Quando discutido em sala, em uma aula sobre as questões de Trabalho em Karl Marx, realizamos a discussão baseada nos campos de trabalho que cada aluno, do grupo que obviamente trabalha e ajudava nas despesas da família, o que não era a realidade de toda a turma. Estabeleceu-se o debate conflituoso sobre as forças do proletário versus as patronais. A tarefa de descortinar a ideia de que “graças a Deus, em tempos de crise” se tem um trabalho foi motivo de intensos momentos de discussão. Propusemos a seguinte reflexão: Se hoje você aluno negro e/ou pobre decidisse não mais trabalhar, teria consequências essa decisão? Endossada por uma outra: E os alunos, cujos pais deliberam toda a responsabilidade sob as contas da casa, dispensando esses alunos somente para estudar? Mais uma vez retomamos Souza (2006) quando admite que a maior parte de alunos que estudam e trabalham são negros, alguns as vezes são forçados a escolher entre trabalhar e

estudar e as taxas de evasão escolar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística explicitam o quanto à frequência escolar, a população negra na faixa de 15 a 17 anos registra índice de 78,6%, abaixo da média do país, de 81,5%.

E para finalizar essa subseção, reconhecemos que mesmo estudando e trabalhando o jovem negro, ainda encontra tempo para o lazer e fazer as coisas interessantes da sua idade como bem definiu João e Maria, respectivamente, *aos sábados, jogo futebol a tarde, e a noite participo de grupos de jovens de minha igreja e passeio com o namorado.*

6.2.2 A presença de alunos negros\as na sua escola

Nesta subseção foi perguntado ao participante se ele sabe ou imagina qual a quantidade de alunos negros na sua escola:

JOÃO: *Sinceramente, não sei o número exato de alunos negros em minha escola. Uma coisa eu posso afirmar, a quantidade de negros é bem inferior do que a de brancos em minha escola. Em meu bairro, a quantidade também é inferior, tem muitos negros só que Haitianos, que escolheram aqui para morar.*

ANA: *Poucos*

MARIA: *em torno de uns 20*

As respostas dos três participantes indiciam o quanto é comum não ter negros na escola, tampouco o estranhamento por eles não se fazerem presentes no espaço escolar. Segundo o estudioso Kabengele Munanga, a identidade é para os indivíduos a fonte de sentidos e de experiência. Toda identidade exige reconhecimento, caso contrário ela poderá sofrer prejuízos se for vista de modo limitado ou depreciativo. Em termos de números os negros na escola Ilha Bela são poucos, possivelmente se uma pesquisa quantitativa for realizada os “poucos”, “em tornos de 20” e “*a quantidade de negros é bem inferior do que a de brancos em minha escola*” como posto pelos estudantes será confirmada. Por um lado, isso se deve ao postulado por Schucman, (2014), a política de branqueamento que caracterizou o racismo no Brasil foi gerada por ideologias e pelos estereótipos de inferioridade e/ou superioridade raciais. “A ideologia do branqueamento teve como objetivo propagar que não existem diferenças raciais no país e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos (mito da democracia racial). Além desses aspectos,

projeta uma nação branca que, através do processo de miscigenação” (SCHUCMAN, 2014, p. 8).

A fala de João que se estende da escola a seu bairro, reconhece a população de negros como sendo específica da presença de haitianos, vale ressaltar que esse grupo de imigrantes é expressivo em Santa Catarina. No entanto, é bom lembrar que os alunos aqui entrevistados residem nos bairros periféricos da grande Florianópolis, próximo também ao bairro da escola, e estranha a inexistência de negros, apontada pelo estudante. Ou seria o não pertencimento e reconhecimento de si enquanto negro e de seus pares na sociedade branqueada, a qual se insere como membro participante, mas não atuante.

6.2.3 A disciplina de Sociologia no combate a preconceitos e discriminações no ambiente escolar

Nesta subseção, a intenção é verificar como os estudantes veem a disciplina Sociologia e sua contribuição no espaço escolar e na vida, se de fato estudar tais conteúdos resultam em mudanças e comportamentos construir práticas antirracistas e uma educação para a diversidade. Temos as repostas.

ANA: *Os professores estão sempre trazendo esses temas, mostrando vídeos, ensinando a igualdade de todos. Eu acho muito bom, neste ano aprendi muita coisa, comecei a pensar de uma forma diferente, consigo debater assuntos na sala de aula com outra visão, respeitando a todos!*

JOÃO: *As aulas abordam, vários temas em relação a negros, e indígenas. Falam de sua vida cultura e social, e tenta mostrar a realidade deles. Onde muitas vezes, são oprimidos por brancos. Creio eu que as aulas não problematizam, e sim, mostram a realidades deles, que é muito diferente da nossa. As aulas mostram os problemas vividos por eles nessa sociedade. A disciplina de Sociologia ajuda e muito, ao combate de discriminações. As aulas mostram a realidade deles, e nos ensina o que eles passam. Devemos garantir o direito de todos, independente de quem seja.*

MARIA: *Acredito que é um assunto importante a ser colocado, pois muitas pessoas sofrem preconceitos por serem de determinada raça, o que não deveria acontecer pois somos todos iguais, deveria ser mais aplicado esse assunto nas escolas. Nos mostram e fazem entender que todos temos os mesmos direitos e que merecemos coisas iguais aos outros, não devemos deixar de dar oportunidades para as pessoas de outras raças e etnias. A Sociologia nos mostra que devemos ter respeito ao próximo e não julgar as pessoas por não terem vindo do mesmo lugar que você e não terem a mesma raça que você.*

Enquanto pesquisadora participante deste estudo reconheço nas respostas dos participantes que há muito a se fazer na educação para a diversidade. Reitero as palavras de Munanga (2004) é muito delicado falar de raça\etnia no Brasil, num país que se desenvolveu o desejo do branqueamento da população em virtude da introjeção do ideal de embranquecimento difundida pelos conquistadores europeus. E ainda mais difícil em um estado da região Sul do país em que não só referenciam a colonização europeia como negam a participação dos povos negros e indígenas na constituição identitária dessas terras do sul.

A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local mais discriminador (SANT'ANA, 2005). Tanto é assim que existem escolas para ricos e pobres, de boa e má qualidade, respectivamente. Por isso trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino- aprendizagem. A escola em que fomos formados e na qual trabalhamos é reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta, que dita as regras e determina o que deve ser conteúdo obrigatório dos currículos. No entanto, se o professor receber uma formação crítica e constante, poderá fomentar um saber crítico, e questionar valores, produzindo um conhecimento com valor do local ao universal.

Observar que os alunos reconhecem a importância do trabalho com o uso de variados materiais didáticos, a saber: vídeos, filmes e relacioná-los com os problemas da realidade e atualidade, como destacado pelo estudante João: *As aulas abordam, vários temas em relação a negros, e indígenas. Falam de sua vida cultura e social, e tenta mostrar a realidade deles.* Acreditamos que as aulas de Sociologia precisam partir do Local, ao problematizar a pouca quantidade de alunos na escola Ilha Bela e nas turmas de primeiro ano, provocamos os alunos a refletirem sobre a temática da educação étnico racial.

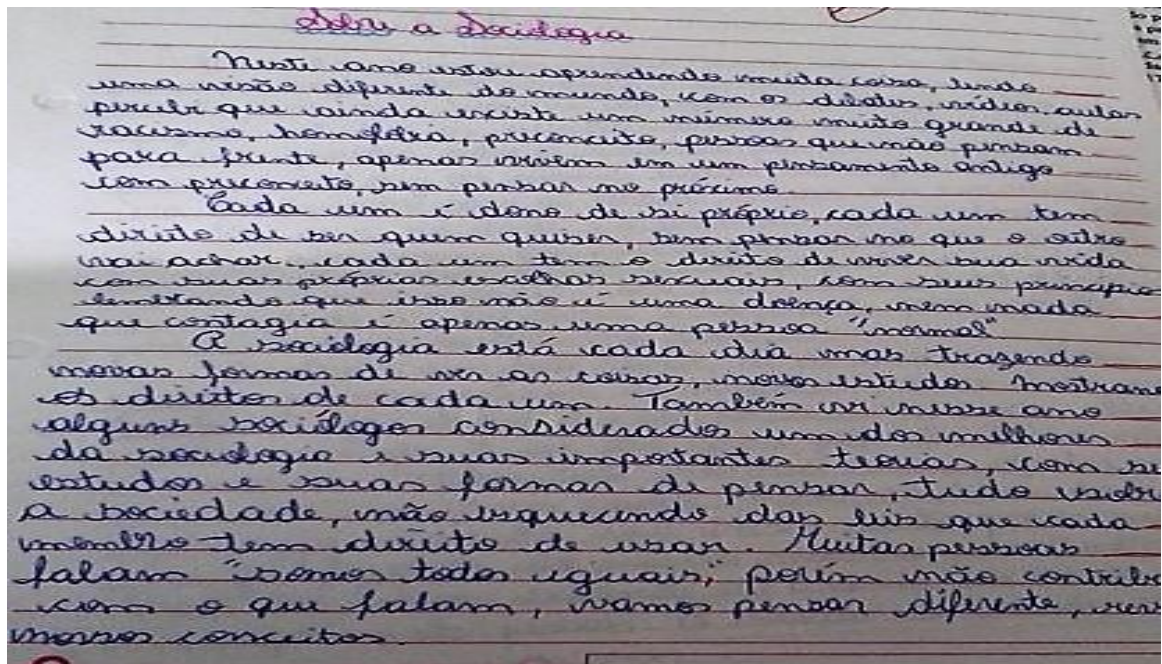
Outra fala que corrobora a importância da disciplina de Sociologia como obrigatória no Ensino Médio é a de Maria: *A Sociologia nos mostra que devemos ter respeito ao próximo e não julgar as pessoas por não terem vindo do mesmo lugar que você e não terem a mesma raça que você.* Embora, as falas dos participantes admitem uma certa ingenuidade o que é razoavelmente compreensível, pois são muitos jovens e estão se constituindo como cidadãos em uma sociedade que mascara as práticas racistas e insiste em não as reconhecer.

Uma vez que, o papel fundamental do pensamento sociológico na formação do jovem: corresponde à desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais.

6.2.4 A escrita como reflexão do pensamento sociológico

Os textos aqui analisados evidenciam que a escrita constitui ferramenta importante diante a reflexão do pensamento sociológico, bem como descontrói o imaginário de que escrever é função somente da disciplina de Língua Portuguesa. Nesse sentido, o diálogo entre as duas disciplinas é muito bem-vindo. Quando as aulas de Sociologia se propõem a debater as discussões além das leituras do livro didático, como foi o caso dessas atividades os alunos se permitem relatar seus entendimentos sobre determinado conceito. Os textos em destaque são resultados de dois episódios: 1- A importância de Karl Marx, enquanto um dos autores clássicos da Sociologia Política e por consequência, conteúdo obrigatório no primeiro ano do Ensino Médio; 2 – A Sociologia e as temáticas de racismo e questões de gênero na escola.

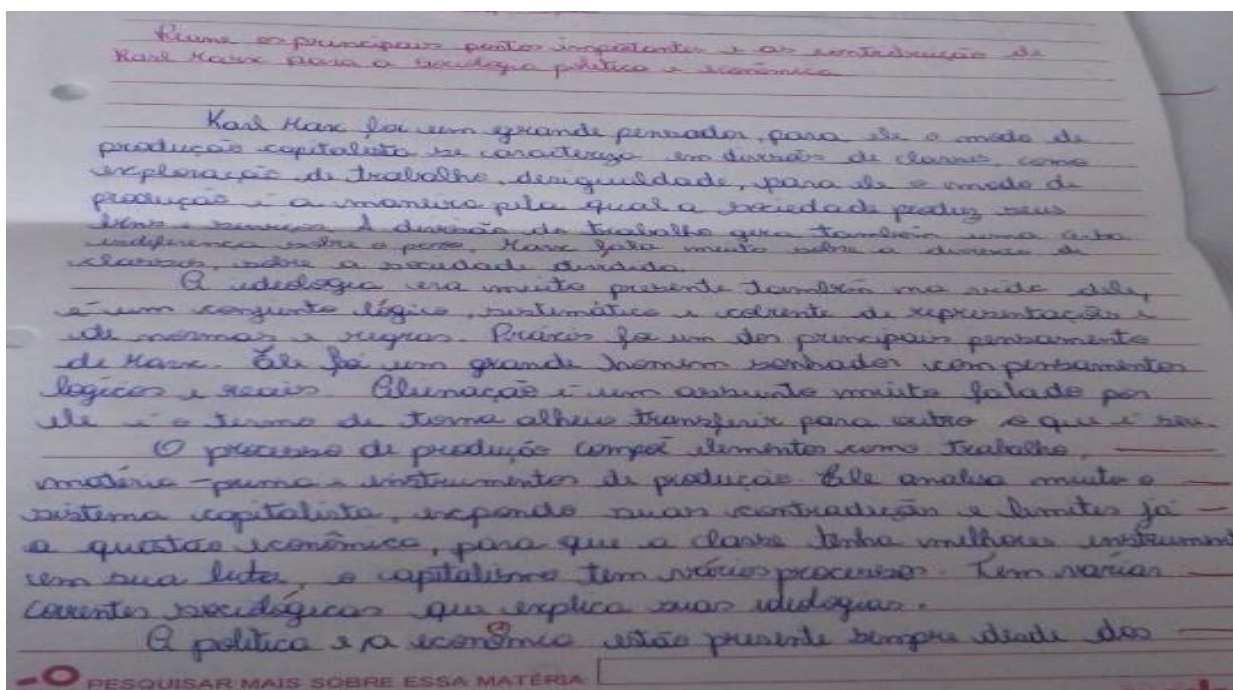
Destacamos o excerto do texto referente a segunda temática.



A fala apresentada pela aluna demonstra a compreensão aceitável da necessidade de discutir esses temas na escola, os quais no momento político atual pelo qual o Brasil passa, tende a encontrar duras resistências. As aulas que resultavam debates e em seguida eram solicitados a escrita de textos reflexivos também tinham a intenção do postulado por Souza (2006), quando diz que uma aproximação em relação à sociologia, mesmo no ensino médio, exige que o aluno aprenda procedimentos mais rigorosos de observação das relações sociais. E, ainda, que saiba, pelo menos em alguma medida, como o conhecimento é elaborado nas ciências sociais.

Não basta comentar a temática seja para concordar ou discordar importa a compreensão do estudo científico que o debate social exige, a disciplina não é uma espécie de vale tudo, todos os comentários são corretos, mas como o aluno explica e justifica o fato sociológico, como destacado no texto da aluna, os sociólogos, os mais renomados ou não precisam trazer teorias importantes de estudo e suas formas de pensar. Para compreender e formular explicações para os fenômenos sociais é preciso ter conhecimento da linguagem por meio da qual esse conhecimento é criado e comunicado.

O segundo texto abaixo é resultado da discussão: A importância de Karl Marx, como um dos autores clássicos da Sociologia Política.



A análise do texto é calcada em palavras que referenciam Marx como *grande homem, pensador, sonhador*, evidenciando a ingenuidade, bem como apropriação dos termos sociológicos, haja visto que estamos lidando com alunos do primeiro ano do Ensino Médio, recém egressos do Ensino Fundamental e que não tiveram a disciplina de Sociologia antes, logo é perfeitamente normal o uso de termos com pouca conotação sociológica, em termos científicos e mais dados ao senso comum. Todavia, ressaltamos no texto em análise o bom uso e apresentação do conceito de trabalho, tão forte nos escritos marxistas, quando aluna traz: *o processo de produção compõe elementos como trabalho, matéria-prima e instrumentos de produção. Ele analisa o sistema capitalista*. Depreender tais questões ainda no Ensino Médio é algo louvável e gratificante para o professor da disciplina Sociologia.

Convém relatar que devido ao momento político brasileiro, alguns alunos brancos rechaçam o pensamento marxista a partir das leituras que fizeram em blogs e textos da internet sobre comentaristas de Karl Marx, o acusando de “rico que resolveu estudar o pobre”. Pode parecer desimportante, mas a internet é um aliado expressivo a sustentar os comentários dos alunos, especialmente daqueles que resistem em reconhecer as práticas racistas, homofóbicas existentes na sociedade, algumas vezes tais discussões tencionam o debate e nós professores somos testados psicologicamente e intelectualmente.

Concordamos com Lopes (2005) quando verifica a necessidade “da instituição escolar desenvolver programas que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a igualdade de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade” (p.188). Como resultado, admitimos que os dois textos, tanto a abordagem sobre Karl Marx, quanto sobre Sociologia e os temas acerca do racismo convergem em pontos precisos, a saber: O trabalho é questão peculiar na relação de raças, brancos em profissões iguais são mais bem remunerados que negros; alunos negros do ensino médio têm jornadas de trabalho superiores aos jovens brancos estudantes, e desses, como é o caso das turmas de primeiro ano na escola Ilha Bela podem escolher trabalhar só após a conclusão do seu Ensino Médio, ou seja, não é uma condição, como o é para os jovens negros da referida escola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos estas considerações, recuperamos nossa pergunta de pesquisa: *Em que medida as aulas de Sociologia problematizam ou não as questões de raça e etnia, a fim de minimizar e/ou desconstruir atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação ao negro em contexto de escolarização formal, em uma escola pública da grande Florianópolis?* A fim de tentarmos respondê-la. No nosso entendimento há muito a se fazer, muito a caminhar e muito a construir no combate ao racismo em sala de aula, na inserção das temáticas de questões de gênero e o reconhecimento das práticas racistas, especialmente no ambiente escolar.

A disciplina Sociologia precisa continuar obrigatória e não optativa como pretende a nova reforma pensada para o Ensino Médio em discussão na atualidade, como política do MEC. É fulcral continuarmos o debate iniciado na escola Ilha Bela. Ao responder nossa questão de pesquisa, em parte, contribuímos para uma aula, cujo fazer sociológico se inscreve como necessário e pertinente. No cenário escolar público de um estado majoritariamente branqueado (SCHUCMAN, 2014) faz-se necessário avançar no debate. O ensino da educação étnico-racial é uma dívida para com os povos negro e indígena, nesse estado e no Brasil de modo geral. Só assim, será restaurada a importância do negro e do índio como agentes ativos e não periféricos do processo de formação da sociedade brasileira e se fará com que nossos alunos se sintam construtores da sua própria história.

Além disso, o objetivo geral dessa pesquisa, que é *criar estratégias pedagógicas e epistemológicas que oportunizem o debate crítico e reflexivo acerca das questões étnico raciais nas aulas de sociologia para alunos do ensino médio de uma escola pública*, de forma preliminar foi atingido, uma vez que possibilitamos em nossas aulas de Sociologia, aos alunos observar a realidade por uma outra ótica, importa ressaltar que não basta ao aluno negro se (re)conhecer parte dessa realidade, importa muito que seu colega aluno branco, se perceba revestido de privilégios, quando comparadas as raças branca e negra. Nesse sentido, ao instaurarmos a problematização do ser negro em Santa Catarina, estamos certos de que contribuímos para desconstruir estereótipos e descortinar as leituras ingênuas de materiais didáticos e do mundo social do aluno do primeiro ano do ensino médio, e assim verificar o ambiente escolar como propulsor para instituir ou não práticas de racismo.

De um lado, há a necessidade de inclusão nos currículos escolares de disciplinas que valorizem a cultura afro-brasileira e não a retirada da obrigatoriedade como a reforma do Ensino Médio pretende. Desse modo, o resgatar da autoestima das crianças e jovens negros é reduzir os territórios de intolerância, tradicionalmente alimentados pela ignorância. Além disso, o investimento na formação do corpo docente para lidar com situações onde impera o racismo e o preconceito é urgente. Portanto, treinamento e qualificação de professores com vistas a estabelecer parâmetros de uma cultura não racista na escola e a consequente redefinição da interação professor-aluno em bases cooperativas e solidárias (HENRIQUES, 2002).

O pertencimento racial, de forma inequívoca, tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. A desigualdade de oportunidades educacionais entre brancos e negros contribui para agravar, ou ao menos para sustentar, os elevados padrões socioeconômicos da desigualdade brasileira. A variável de gênero não traduz, entre as crianças e jovens do ensino fundamental e médio, padrões de discriminação semelhantes são observados diariamente. Concordamos com Henriques (2002, p. 96) ao afirmar que:

As variáveis de renda e de raça, contudo, explicam as diferenças no desempenho escolar das crianças. As desigualdades raciais se impõem em todos os segmentos de renda, confirmando a importância dos processos discriminatórios, exercidos no ambiente escolar, que justificam parte significativa das diferenças no desempenho das crianças e jovens de cor branca e de cor negra. Conforme avançamos no ciclo educacional e, portanto, conforme aumentam os desafios e complexidades do sistema escolar, constatamos a tendência de ampliação das distâncias entre crianças e jovens brancos e crianças e jovens negros, independente dos progressos universais identificados na década de 90.

As diferenças fundamentais entre crianças e jovens de cor branca e de cor negra, no que se refere ao acesso, permanência e aprendizado, requerem políticas de inclusão com preferência racial, políticas denominadas de ações afirmativas, que contribuam para romper com o circuito de geração progressiva de desigualdade. A necessidade de uma ação antirracista que enfrente o desafio histórico de integrar as perspectivas “universalista” e “diferencialista” se encontra no centro de um processo de desnaturalização da desigualdade racial. Portanto, faz-se necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades

entre brancos e negros estabelecendo políticas públicas explícitas de inclusão racial (HENRIQUES, 2002). E possivelmente, a disciplina de Sociologia pode muito contribuir com esse debate e proposição de ações, lembrando que o professor é agente fundamental nesse processo e sua formação para (re)pensar a educação étnico-racial é relevante e indiscutivelmente necessária.

8. REFERÊNCIAS

- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- _____. **LEI FEDERAL Nº11.645\08**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.
- _____. **LEI FEDERAL Nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- 1998.
- _____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura**. Brasília: MEC/UNESCO, 2003.
- _____. LEI nº. 9.394. LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.
- CARVALHO, J.J. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil. A questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar Editorial. 2006.
- CÉSAR. A. LIMA, N. **Diversidade Étnico-Racial e Cultura Negra na Escola**. Cefiel/IEL/Unicamp, 2010.
- CUNHA, Manuela, C. “Três peças de circunstância sobre direitos dos índios”. In: **Cultura com Aspás**, São Paulo: Cosac Naify, 2009, p.245-258.
- Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero** / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v.
- FUNDAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. Quilombos no Brasil. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola> e <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GOMES, Nilma. L. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasil: MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 143 - 154.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Raça, cor e outros conceitos analíticos**. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008. p. 63 - 82.

HENRIQUES, Ricardo. Discriminação Racial no Brasil: Desigualdade de Oportunidades na Educação. In: HENRIQUES, Ricardo. **Raça e Gênero no Sistema de Ensino os Limites das Políticas Universalistas na Educação**. Brasília: UNESCO, 2002. p 33-43

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2002. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16537.shtml>. Acesso em: 17/01/2005.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Avaliação de concluintes do Ensino Médio em nove estados, 1997: relatório final. Brasília: INEP, 1998.

KRAWCZYK, Nora. A escola média: um espaço sem consenso. In: FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília; MEC, SEMTEC, 2004.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasil: MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 185.

LUCENA, M. I. P. O papel da pesquisa de cunho etnográfico na discussão das políticas educacionais. In: LUCENA, M. I. P. FRITZEN, M. P. (orgs). **O olhar da etnografia em contextos educacionais: interpretando práticas de linguagem**. Blumenau. EDIFURB, 2012, p.119-133.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil** (entrevista), Estudos Avançados, São Paulo, vol. 18, n. 50, 2004.

_____. (org). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, [Brasília]: 2005. 204p.

OLIVEIRA, Roberto, C. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever**. São Paulo: Pioneira, 2006.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A Questão Racial na Escola**. Universidade Estadual Norte do Paraná, 2011. p. 1-26

RODRIGUES, Lucas de O. **Sociologia**. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/2015/Acesso> em 25 de nov de 2016.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005, p.443-466

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e Conceitos básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasil: MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 39 - 68.

SANTOS, RAFAEL J. dos. **A Questão Étnico-Racial nas Escolas: Como o Professor Interpreta o Material Didático Referente às Questões Raciais e Como o Interpreta para os Alunos**. Disponível em: <http://www.salesianos.br/wp-content/uploads/2013/12/a-questao-etnico-racial-nas-escolas.pdf>. Acesso em 24 de nov de 2016. p. 1-9

SCHUCMAN, L. V. **Sim, Nós Somos Racistas: Estudo da Psicossocial da Branquitude Paulistana**. Psicologia & Sociedade 26(1), 2014, p. 83-94.

SEGATO, Rita. Laura. **Por que reagimos às cotas para negros?** O público e o privado - Nº 3 - Janeiro/Junho – 2004, p.61-81.

SOUZA, Ana L. S. Ensino Médio. In: **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006, p. 83-98